

# Governo lança política de educação para estudantes com deficiência

Para celebrar o Setembro Azul, mês que dá visibilidade à comunidade surda brasileira, o presidente da República, Jair Bolsonaro, assinou decreto que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. A proposta dos ministérios da Educação e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos amplia o atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, transtorno globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Na solenidade realizada na tarde desta quarta-feira (30), no Palácio do Planalto, a primeira-dama, Michelle Bolsonaro, fez um pronunciamento na Língua Brasileira de

Sinais (Libras), acompanhada de uma intérprete.

"Hoje, celebramos mais uma vitória, o lançamento da Política Nacional de Educação Especial Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. A PNEE representa um passo significativo desse governo rumo a um país mais justo e com igualdade de oportunidades. A PNEE fortalece o direito de escolha da família. Temos o dever de oferecer aos cidadãos a opção de escolarização em escolas regulares, escolas especializadas ou escolas bilíngues de surdos. Nestas, a Língua Brasileira de Sinais (Libras), é a primeira língua, a língua de instrução e comunicação, e o português, em sua moda-

lidade escrita, a sua segunda língua", disse a primeira-dama.

A primeira-dama, Michelle Bolsonaro, fez um pronunciamento na Língua Brasileira de Sinais (Libras), acompanhada de uma intérprete, durante a cerimônia de lançamento da Política Nacional de Educação Especial e Homenagem ao Mês dos Surdos.

A primeira-dama, Michelle Bolsonaro, fez um pronunciamento na Língua Brasileira de Sinais (Libras), acompanhada de uma intérprete. - Carolina Antunes/PR

A nova política tem o objetivo de incentivar que estados, Distrito Federal e municípios, em colaboração com a União, implantem programas e ações que garantam o direito à edu-

cação e ao atendimento educacional especializado a esses alunos. A PNEE também prevê a flexibilização dos sistemas de ensino, com alternativas educacionais, além das escolas regulares inclusivas, como classes regulares, classes e escolas especializadas, classes e escolas bilíngues de surdos, segundo as demandas específicas dos estudantes.

"Um dos principais norteadores dessa política nacional é a valorização das singularidades e dos direitos dos estudantes e das famílias no processo de decisão sobre as alternativas mais adequadas para o atendimento educacional especializado", afirmou o ministro da Educação, Milton Ribeiro.



A adesão dos entes federados é voluntária. "Mesmo assim, acreditamos que essa política educacional de educação especial trará significativo benefício, não apenas na área educacional, mas também

representará avanços nas áreas econômica, científica, artística, política e cultural. Estamos certos de que milhares de estudantes que fazem parte do público-alvo dessa política, se bem atendidos em suas

demandas, poderão desenvolver suas potencialidades e tornar tudo o que são capazes de ser, para a sua própria realização, e para o bem da nação", acrescentou o ministro.

fonte:ebc.com.br

## ONU pede planos para financiar esforço global por vacina

O secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), António Guterres, disse que é hora de os países começarem a gastar dinheiro de seus planos de recuperação da covid-19 para ajudar a financiar o plano global de vacinas da Organização Mundial da Saúde (OMS).

Até agora, o programa Acelerador de Acesso a Ferramentas contra a Covid-19 (ACT) e seu esquema Covax receberam US\$ 3 bilhões, mas precisam de mais 35 bilhões. A inicia-

tiva pretende entregar 2 bilhões de doses de vacinas contra o novo coronavírus até o fim do ano que vem, 245 milhões de tratamentos e 500 milhões de exames.

"O Acelerador ACT proporciona a única maneira segura e certa de reativar a economia global o mais rápido possível. Um esforço nacional de vacinas em um punhado de países não destrancará as portas da economia global e restaurará os meios de subsistência", disse Guterres em evento virtual

da ONU.

O secretário britânico das Relações Exteriores, Dominic Raab - coanfitrião do encontro, ao lado de Guterres, da OMS e da África do Sul - exortou outros países a se unirem ao esforço global, dizendo que o Acelerador ACT é a melhor esperança de assumir o controle da pandemia.

O chefe da OMS, Tedros Adhanom, afirmou que 167 países se filiaram ao Covax, o que representa 70% da população mundial, acrescentando que a lista está

aumentando todos os dias". Ele lembrou que 1 milhão de pessoas perderam a vida para a covid-19, mas que "o número real certamente é mais alto".

Guterres disse ainda que o programa precisa de injeção imediata de US\$ 15 bilhões para "não perder a janela de oportunidade" para a compra e a produção antecipadas, compor esforços paralelamente ao licenciamento, intensificar as pesquisas e ajudar países a se prepararem.

"Não podemos

permitir que uma defasagem no acesso amplie ainda mais desigualdades já vastas", observou o secretário-geral no evento virtual. "Mas sejamos claros: não chegaremos lá se os doadores simplesmente alocarem recursos somente do orçamento da Assistência Oficial de Desenvolvimento", disse. "Precisamos um pensamento maior. É hora de os países usarem o financiamento de seus próprios programas de reação e recuperação."

Guterres pe-



diu que todos os países aprofundem seus esforços consideravelmente nos próximos três meses.

Ele lembrou que países desenvolvidos gastaram trilhões de dó-

lares nos impactos socioeconômicos da crise, por isso "certamente podemos investir uma fração pequena disso para deter a disseminação da doença em toda parte".

fonte:ebc.com.br

## Mulheres vítimas de violência têm prioridade em cursos profissionalizantes

Muitos casos de violência contra a mulher voltam a acontecer porque muitas delas não têm condições de se autossustentar. Para mudar essa realidade e fazer com que as mulheres vítimas de violência tenham mecanismos para ter uma renda própria e, assim, se distanciar do agressor, os deputados estaduais aprovaram um projeto de lei na Assembleia Legislativa do Paraná, proposto pela procuradora da Mulher da Assembleia, deputada Cristina Silvestri (CDN), que permite a preferência de vagas às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar em cursos de Qualificação Técnica e Profissional.

A medida foi promulgada pelo presidente da Assembleia, deputado Ademar Traiano (PSDB) e

já é lei no Paraná.

A lei 20326/2020 estabelece a priorização e preferência de vaga em curso de qualificação técnica e profissional gratuitos, oferecidos pelo Governo do Estado do Paraná, às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar que estejam em medida protetiva, com o objetivo de assegurar à essas vítimas, condições para exercer efetivamente os direitos e garantias fundamentais que lhes são conferidos pela Constituição Federal, e visando o seu crescimento pessoal, social e profissional, de acordo com o seu interesse, a sua habilidade e conforme o diagnóstico da equipe de atendimento multidisciplinar.

Também é um mecanismo da lei estimular as mulheres a denun-

ciar e a enfrentar as consequências psicossociais decorrentes da violência de que foram vítimas.

E compete ao Poder Executivo estimular a criação e a divulgação

de cursos de qualificação técnica e profissional às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar; executar a política pública que visa coibir a violência contra a mulher,

nos termos do art. 8º da Lei Federal nº 11.340, de 2006, por meio da celebração de convênios, protocolos, ajustes, termos ou outros instrumentos de parceria entre os ór-

gãos governamentais ou entre estes e entidades não governamentais para o desenvolvimento de pesquisas, estatísticas e diagnósticos que auxiliem na escolha de cursos a serem ofertados e, em especial, com as instituições do setor privado, a fim de viabilizar a execução de vários tipos de cursos profissionalizantes; e incentivar os municípios a promover o atendimento especial às vítimas de violência doméstica e a disponibilizar cursos de qualificação técnica e profissional voltados para as necessidades e para os costumes da região.

"Esta lei é mais um avanço importante para as paranaenses, uma nova política pública que serve como incentivo para que as mulheres com medida protetiva tenham

mais uma ferramenta para encerrar o ciclo da violência através, justamente, da capacitação profissional. Com isso, elas terão mais chances de conquistarem independência financeira e tocarem as suas próprias vidas sem depender de um companheiro. É uma política que promove a equidade", disse a procuradora da mulher, deputada Cristina Silvestri.

fonte:assembleia.pr.leg.br



W E B  
radio tibagi  
www.radiotibagi.com.br

A SUA MELHOR PROGRAMAÇÃO EM SERTANEJO UNIVERSITÁRIO

Curta nossa página facebook